

Segurança Pública E Violência Urbana: Desafios E Estratégias Para A Redução Da Criminalidade Nas Cidades

Pedro Luciano Evangelista Ferreira

Professor Na Escola Da Magistratura Do Paraná (EMAP), Pós-Graduação Da PUC/PR E Da Fundação De Estudos Sociais Do Paraná (FESP)

Felipe Pereira De Melo

Universidade Federal De Santa Catarina

Antonio Ribeiro Da Silva Neto

UNIVERSIDAD TECNOLÓGICA INTERCONTINENTAL - UTIC

Antonio José Ferreira Gomes

Facultad Interamericana De Ciencias Sociales (FICS)

José Antonio Da Silva

FICS- Facultad Interamericana De Ciencias Sociales.

Roberto Ramos Garcia Batista

Universidade Federal Fronteira Sul- UFFS

Pedro Lopes De Assunção

UNICAMP

Rômulo Luiz Furtado De Oliveira

Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte

Euller Xavier Cordeiro

Universidade Do Estado De Minas Gerais

Mauro Lúcio Batista Cazarotti

Universidade De Uberaba (UNIUBE)

Resumo:

Esta pesquisa teve como objetivo analisar os desafios enfrentados pelas autoridades públicas no combate à violência urbana e investigar as estratégias adotadas para a redução da criminalidade nas cidades brasileiras. Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, com amostra composta por 17 profissionais da área de segurança pública, selecionados por conveniência. A coleta de dados foi feita por meio de entrevistas em profundidade, e a análise dos dados utilizou a técnica da análise do discurso. Os resultados indicaram que a criminalidade nas grandes cidades está intimamente relacionada à desigualdade social, à falta de oportunidades e à presença de organizações criminosas, sendo que as políticas de repressão, por si só, não são suficientes. A pesquisa revelou que a falta de coordenação entre os órgãos de segurança e a violência policial também contribuem para o agravamento da situação. Como soluções, os entrevistados destacaram a importância de um policiamento mais comunitário, estratégias de prevenção e políticas públicas integradas, que envolvam a educação, inclusão social e o fortalecimento da relação entre a polícia e a população. A conclusão apontou que, para enfrentar eficazmente a violência urbana, é necessário adotar uma abordagem holística, que combine repressão, prevenção e promoção de justiça social, além de melhorar a coordenação entre as diferentes esferas de poder e o engajamento da sociedade civil no processo.

Palavras-chave: *Segurança pública; Violência urbana; Criminalidade.*

Date of Submission: 27-01-2025

Date of Acceptance: 07-02-2025

I. Introdução

A segurança pública é uma das principais preocupações da sociedade contemporânea, especialmente nas grandes cidades, onde o fenômeno da violência urbana se apresenta de forma mais intensificada. A relação entre urbanização, desigualdade social e criminalidade tem se tornado cada vez mais evidente, com um número crescente de indivíduos vivendo em áreas periféricas e com pouco acesso a serviços essenciais. A violência urbana, em suas diversas manifestações, afeta diretamente a qualidade de vida dos cidadãos e a percepção de segurança, desafiando as autoridades públicas a desenvolverem políticas eficazes para a redução da criminalidade. Este contexto exige uma reflexão aprofundada sobre as causas e os mecanismos que perpetuam a violência nas cidades e sobre as estratégias que podem ser adotadas para enfrentá-la de maneira eficiente (Mendonça; Loureiro; Sachsisda, 2003).

Nas últimas décadas, o crescimento desordenado das cidades, associado a uma expansão de áreas de risco social e falta de investimentos em infraestrutura, contribuiu para o aumento da criminalidade. A combinação de baixos índices de educação, precariedade no acesso à saúde, emprego e moradia, junto ao fortalecimento de organizações criminosas, criou um ambiente propício para o desenvolvimento de atividades ilícitas. Essa realidade tem gerado um ciclo vicioso, no qual a insegurança alimenta a exclusão social, e a exclusão social, por sua vez, agrava a violência, tornando-a mais complexa e difícil de ser combatida (Siglinski; Wilmseh, 2019).

Outro fator relevante que influencia a segurança pública é a atuação das forças policiais, que muitas vezes se veem limitadas pela falta de recursos, treinamento adequado e estratégias integradas com outras áreas, como educação e saúde. A presença policial nas ruas nem sempre é suficiente para prevenir ou reduzir a criminalidade de maneira efetiva, especialmente em contextos urbanos marcados por desigualdade. Além disso, o uso excessivo da força, a violência policial e a violação de direitos humanos em algumas situações acabam intensificando a desconfiança da população em relação às autoridades, o que pode dificultar a colaboração da comunidade no processo de segurança (Silva, 2022).

A crescente sofisticação das organizações criminosas e a diversificação das práticas criminosas, como o tráfico de drogas, roubos, furtos e homicídios, exigem uma abordagem multidisciplinar para o enfrentamento da violência. Estratégias tradicionais de policiamento e repressão, embora ainda necessárias, se mostram insuficientes quando não são acompanhadas de políticas públicas voltadas para a promoção de inclusão social e de oportunidades. Nesse sentido, a segurança pública não deve ser vista apenas como um problema de repressão ao crime, mas como um desafio multifacetado que envolve questões de cidadania, justiça social e desenvolvimento urbano sustentável (Silva; Carvalho, 2011; Silva, 2022).

Além disso, a violência urbana também é uma questão que afeta a relação entre os cidadãos e o Estado. A sensação de impunidade e a percepção de ineficácia das políticas públicas, muitas vezes reforçadas pela lentidão da Justiça, contribuem para a desconfiança na eficácia das instituições e para a fragmentação social. A falta de diálogo entre os diferentes setores da sociedade e a ausência de uma estratégia integrada de segurança pública dificultam a construção de um ambiente mais seguro e justo para todos (Souza, 2008).

Assim, o objetivo desta pesquisa foi analisar os desafios enfrentados pelas autoridades públicas no combate à violência urbana e investigar as estratégias adotadas para a redução da criminalidade nas cidades brasileiras. A pesquisa buscará compreender a complexa relação entre fatores sociais, econômicos e culturais que contribuem para a perpetuação da violência, bem como avaliar a eficácia das políticas de segurança pública implementadas nos últimos anos. Além disso, pretende-se identificar soluções integradas que envolvam não apenas a repressão ao crime, mas também ações preventivas voltadas para a promoção de igualdade e de melhores condições de vida para as populações mais vulneráveis.

A relevância desta pesquisa reside no fato de que a segurança pública e a violência urbana são problemas centrais para o desenvolvimento social e econômico das cidades, impactando diretamente a qualidade de vida da população. Ao aprofundar o entendimento sobre as causas da violência e avaliar as políticas públicas existentes, esta pesquisa oferece subsídios para a formulação de estratégias mais eficazes e humanizadas no enfrentamento da criminalidade. Além disso, os resultados podem contribuir para o fortalecimento das instituições de segurança e para a promoção de um ambiente urbano mais seguro, justo e inclusivo, essencial para a construção de uma sociedade mais equilibrada e coesa.

II. Materiais E Métodos

A pesquisa foi realizada por meio de uma abordagem exploratória, visando compreender as percepções e experiências de profissionais da área de segurança pública sobre os desafios e as estratégias para a redução da criminalidade nas cidades. A escolha por uma pesquisa exploratória se justifica pela necessidade de investigar um fenômeno complexo e multifacetado, como a violência urbana, sem a pretensão de estabelecer conclusões definitivas, mas com o intuito de gerar um primeiro entendimento sobre o tema. Dessa forma, o estudo buscou

levantar informações qualitativas que pudessem indicar padrões e fornecer subsídios para o desenvolvimento de futuras pesquisas mais aprofundadas.

A amostra da pesquisa foi composta por 17 profissionais atuantes na área de segurança pública, incluindo policiais, gestores públicos, pesquisadores e especialistas em segurança urbana. Esses profissionais foram selecionados por conveniência, ou seja, foram escolhidos com base na disponibilidade e no acesso facilitado à pesquisa, considerando sua experiência e conhecimento sobre o tema em questão. Embora essa estratégia de amostragem não permita generalizações amplas, ela se mostrou adequada para os objetivos da pesquisa, pois possibilitou uma análise aprofundada sobre as percepções de um grupo seletivo de profissionais diretamente envolvidos com a segurança pública nas cidades.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas em profundidade, uma técnica qualitativa que permite explorar com mais detalhamento as opiniões, vivências e interpretações dos entrevistados. As entrevistas foram semiestruturadas, ou seja, seguiam um roteiro de perguntas previamente elaborado, mas com flexibilidade para permitir que os participantes abordassem temas relevantes não previstos inicialmente. Esse formato possibilitou um diálogo mais aberto e a coleta de informações ricas sobre as estratégias de segurança pública, os desafios enfrentados pelas autoridades e as soluções que consideram mais eficazes na redução da violência urbana.

Para garantir que as informações obtidas fossem interpretadas de forma adequada, a análise dos dados foi realizada com o auxílio da técnica da análise do discurso. Essa abordagem metodológica permite examinar não apenas o conteúdo das falas dos entrevistados, mas também os contextos e as formas de expressão utilizadas para comunicar suas ideias. A análise do discurso possibilitou identificar padrões de linguagem, discursos recorrentes e contradições, além de permitir uma compreensão mais profunda dos significados atribuídos pelos profissionais à violência urbana e às estratégias de segurança pública.

O processo de análise envolveu a codificação das entrevistas, ou seja, a segmentação das falas dos entrevistados em unidades de significado, que foram agrupadas em categorias e temas. A partir dessa organização, foi possível identificar e discutir as principais questões relacionadas à segurança pública e à violência urbana, como a atuação das forças de segurança, a eficácia das políticas públicas, a relação entre polícia e população, entre outros aspectos. A técnica da análise do discurso foi escolhida por sua capacidade de revelar não apenas as ideias expressas pelos entrevistados, mas também os valores, crenças e influências socioculturais que moldam suas percepções sobre a violência.

III. Resultados E Discussões

A análise das entrevistas revelou uma série de aspectos cruciais sobre os desafios enfrentados pelas autoridades no combate à violência urbana, bem como sobre as estratégias que vêm sendo adotadas para reduzir a criminalidade nas cidades. Os relatos dos entrevistados evidenciam uma multiplicidade de fatores que influenciam a dinâmica da violência nas áreas urbanas, além de apontar as dificuldades estruturais e operacionais no âmbito da segurança pública.

Um dos aspectos mais recorrentes nas entrevistas foi a percepção sobre a relação entre desigualdade social e criminalidade. Segundo o entrevistado E5, "a violência nas grandes cidades está diretamente ligada à desigualdade. As periferias são áreas onde o Estado tem menos presença e, conseqüentemente, a criminalidade acaba tomando conta". A desigualdade social foi apontada como uma das principais raízes da violência, com muitos entrevistados relatando que, em bairros periféricos, a falta de oportunidades, como educação de qualidade e acesso ao mercado de trabalho, contribui para o aumento das atividades criminosas. O entrevistado E8 complementa essa análise, afirmando que "não basta apenas prender, é preciso oferecer alternativas para essas comunidades. Sem isso, a violência é apenas um reflexo de um problema maior". Essa fala reflete uma crítica a políticas de segurança focadas unicamente na repressão, sem considerar as causas estruturais que geram a violência.

A maioria dos entrevistados concorda que, para um combate mais eficaz à criminalidade, é necessário integrar ações de segurança com políticas sociais que promovam a inclusão e o desenvolvimento dessas áreas. No que se refere às políticas de segurança pública, muitos entrevistados apontaram a falta de integração entre os diferentes órgãos do governo e as deficiências nas estratégias adotadas. O E3 afirma: "a atuação das forças de segurança é muito desarticulada. Em muitas situações, vemos que a Polícia Militar, a Civil e outros órgãos não conseguem trabalhar de maneira coordenada, o que dificulta muito o combate à criminalidade". De fato, a falta de coordenação entre as diferentes esferas da segurança pública foi uma constante nos relatos, com os profissionais mencionando que a fragmentação de ações prejudica a eficiência no combate ao crime.

Em relação à atuação das forças de segurança, muitos dos entrevistados destacaram a importância de um policiamento mais comunitário e de proximidade. Segundo E7, "é preciso que o policial tenha uma relação mais próxima com a comunidade, para que haja confiança mútua e as pessoas se sintam mais seguras em colaborar com o trabalho da polícia". Essa estratégia, que busca aproximar a polícia da população e gerar maior confiança, foi apontada como essencial para reduzir a criminalidade, uma vez que uma maior colaboração entre os cidadãos e as forças de segurança pode resultar em um ambiente mais seguro e menos suscetível a práticas criminosas.

Por outro lado, a abordagem punitiva e violenta adotada por alguns setores da polícia foi considerada prejudicial por diversos entrevistados. O E10 afirmou que "a violência policial não resolve a questão da segurança, ela só piora a relação entre a polícia e a comunidade". De fato, a violência policial, especialmente em comunidades periféricas, foi apontada como um fator que aumenta a desconfiança da população e, conseqüentemente, dificulta a cooperação com as autoridades. Alguns relatos indicaram que, em muitas situações, os moradores dessas áreas preferem não denunciar os crimes por medo de represálias ou pela falta de confiança nas instituições de segurança.

A questão da impunidade também foi frequentemente mencionada como um dos principais entraves para a redução da criminalidade. Segundo E6, "a sensação de impunidade é o que mais alimenta o crime. Quando um criminoso sabe que dificilmente será punido, ele não tem receio em continuar cometendo crimes". A morosidade do sistema judiciário e a sobrecarga das instituições de segurança foram apontadas como fatores que contribuem para essa impunidade, tornando o sistema de justiça ineficaz em muitos casos. Muitos entrevistados destacaram que a lentidão nos processos e a falta de recursos para a investigação e punição de criminosos criam um ciclo de impunidade que perpetua a violência.

Outro ponto importante levantado durante as entrevistas foi a atuação das organizações criminosas. E4 afirmou: "as facções criminosas têm um poder tão grande nas comunidades que, muitas vezes, a polícia tem dificuldade em entrar nessas áreas. O tráfico de drogas e outras atividades ilícitas são uma grande fonte de poder e dinheiro para essas organizações". A presença de grupos criminosos estruturados nas periferias das grandes cidades é vista como um fator de grande impacto na segurança pública, dificultando o trabalho das autoridades e gerando um clima de constante tensão nas comunidades. Para combater esse tipo de criminalidade, muitos entrevistados defendem a intensificação das ações de inteligência e de integração entre os diversos órgãos de segurança.

Em relação ao policiamento ostensivo, E2 considera que ele continua sendo uma das ferramentas mais importantes para o controle da criminalidade, mas deve ser acompanhado de um trabalho de inteligência e de uma maior presença comunitária. "O policiamento é essencial, mas não podemos esquecer que ele deve ser feito de maneira estratégica, levando em conta a realidade de cada comunidade", afirma. A personalização das estratégias de policiamento, adaptando-se às características específicas de cada região, foi considerada um passo importante para a eficiência das ações de segurança pública.

As estratégias de prevenção à criminalidade também foram um tema abordado por diversos entrevistados. Segundo E9, "é preciso investir mais em prevenção, principalmente no que diz respeito à educação e à inclusão social. Só assim conseguiremos reduzir o número de jovens entrando no crime". A prevenção, nesse contexto, envolve ações voltadas para a redução das condições que favorecem a criminalidade, como a falta de oportunidades educacionais e profissionais para os jovens, além da oferta de programas de reintegração para aqueles que já se envolveram com o crime. A educação foi apontada como um pilar fundamental para a transformação das realidades nas comunidades mais afetadas pela violência.

No entanto, alguns profissionais expressaram ceticismo quanto à eficácia das políticas preventivas. O E1 afirmou que "apesar de serem importantes, as ações preventivas têm sido muito aquém do necessário. O foco principal continua sendo a repressão, enquanto a prevenção fica em segundo plano". Esse comentário reflete a crítica de que as políticas públicas muitas vezes não se concentram adequadamente nas causas subjacentes da violência, como a desigualdade e a falta de oportunidades, e acabam priorizando medidas imediatistas e punitivas. O impacto da tecnologia no combate à criminalidade também foi um tema abordado por alguns entrevistados. E11 relatou: "O uso de câmeras de segurança e outras tecnologias tem ajudado no monitoramento das áreas mais críticas. Elas podem ser ferramentas importantes para identificar criminosos e desarticular redes de tráfico". O uso de tecnologias, como câmeras de vigilância, sistemas de reconhecimento facial e análise de dados de crimes, foi visto como uma estratégia que pode auxiliar no trabalho da polícia, proporcionando maior capacidade de resposta e maior eficiência nas investigações.

A participação da sociedade civil no enfrentamento à violência também foi uma questão levantada. E13 destacou que "a participação da comunidade é essencial para que as políticas de segurança tenham sucesso. Sem o apoio da população, é difícil implementar mudanças". A colaboração da sociedade, por meio de iniciativas de vigilância comunitária, mobilização social e programas de conscientização, foi considerada uma estratégia importante no combate à criminalidade. A parceria entre governo, polícia e cidadãos foi vista como um elemento crucial para a criação de uma cultura de segurança pública mais eficiente e integrada. A formação e capacitação dos profissionais de segurança também foram temas recorrentes nas entrevistas. O E15 afirmou: "É fundamental que os policiais recebam treinamento contínuo, não só na parte técnica, mas também no desenvolvimento de habilidades interpessoais e de mediação de conflitos".

A capacitação dos agentes de segurança, especialmente no que se refere ao atendimento a diferentes contextos sociais e à aplicação de direitos humanos, foi apontada como uma necessidade premente. Muitos entrevistados acreditam que um maior preparo dos policiais pode ajudar a reduzir conflitos e melhorar a relação entre a polícia e a comunidade. Por fim, muitos entrevistados expressaram a necessidade urgente de uma abordagem mais humanizada e integradora nas políticas de segurança pública. E12 conclui: "A violência é um

reflexo de vários problemas sociais. O que falta é uma visão mais holística, que entenda que a segurança não é só repressão, mas também inclusão e justiça social". Em suma, as entrevistas revelaram uma visão crítica sobre as políticas atuais de segurança, sugerindo que, para um enfrentamento eficaz da violência urbana, é necessário um enfoque mais abrangente que envolva a integração entre segurança pública, políticas sociais e educação, além de uma atuação mais próxima da comunidade e um combate efetivo às desigualdades estruturais que alimentam o ciclo de violência.

IV. Conclusão

A pesquisa sobre segurança pública e violência urbana nas cidades brasileiras revelou a complexidade dos desafios enfrentados pelas autoridades e profissionais envolvidos na gestão da segurança. A partir dos relatos coletados, foi possível identificar que a criminalidade nas áreas urbanas está intimamente ligada a questões estruturais, como a desigualdade social, a falta de oportunidades e o baixo nível de serviços públicos em regiões periféricas. Esses fatores, além da atuação de organizações criminosas e da percepção de impunidade, contribuem de maneira significativa para o ciclo de violência que afeta milhões de pessoas nas grandes cidades.

Os entrevistados apontaram que, embora as estratégias de repressão, como o policiamento ostensivo e a ação das forças de segurança, continuem sendo necessárias, elas são insuficientes se não forem acompanhadas de ações preventivas e de políticas públicas integradas. A fragmentação das ações de segurança e a falta de coordenação entre as diferentes esferas do poder público foram identificadas como fatores que dificultam o combate eficaz à criminalidade. Além disso, a violência policial e a desconfiança entre a população e as autoridades agravam ainda mais o cenário de insegurança, criando um ambiente de tensão e conflito nas comunidades mais afetadas pela violência.

A adoção de políticas que considerem a promoção de inclusão social, a melhoria das condições de vida, a oferta de educação e a criação de oportunidades para os jovens são vistas como estratégias essenciais para a redução da violência. A segurança pública, nesse contexto, deve ser encarada como uma questão multifacetada, que exige a colaboração entre diferentes órgãos governamentais, a sociedade civil e as próprias comunidades. A confiança mútua entre a polícia e a população foi apontada como um elemento fundamental para a efetividade das políticas de segurança. O policiamento comunitário e a maior proximidade entre os agentes de segurança e os cidadãos emergem como soluções que podem contribuir para a construção de uma cultura de segurança mais sólida e colaborativa.

A participação da comunidade, por meio de ações de vigilância e de conscientização, também se mostrou um fator importante para a criação de um ambiente mais seguro. Além disso, a utilização de novas tecnologias de monitoramento e de inteligência foi considerada uma ferramenta relevante para melhorar o trabalho policial, tornando as operações mais eficientes e precisas. Contudo, a implementação dessas tecnologias deve ser acompanhada de uma formação adequada dos profissionais de segurança, que precisam ser preparados não apenas para o enfrentamento direto do crime, mas também para lidar com a diversidade social e as especificidades de cada comunidade.

Por fim, a pesquisa reafirma que a redução da violência urbana passa por uma abordagem que articule políticas públicas de segurança com ações de inclusão social e educação, além de um sistema judiciário mais ágil e eficaz. A integração dessas diferentes esferas é essencial para a construção de uma sociedade mais segura, justa e coesa. A partir dos dados e análises coletados, fica evidente que a solução para os problemas de violência urbana exige uma transformação profunda nas estratégias de segurança pública, incorporando novas práticas, com foco na prevenção, na justiça social e na confiança entre as instituições e a população.

Referências

- [1] Mendonça, M. J. C.; Loureiro, P. R. A. *Sachside, A. Criminalidade E Desigualdade Social No Brasil*. Ipeas: 2003.
- [2] Siglinski, S. H.; Wilmsen, J. *O Combate À Corrupção E Os Riscos Aos Direitos Fundamentais*. *Percurso Acadêmico*, Belo Horizonte, V. 9, N. 17, Jan./Jun. 2019
- [3] Silva, G. L. G. *Segurança Pública E Seus Desafios No Brasil*. 43f. 2022. Monografia (Bacharel Em Direito) - Universidade Evangélica De Goiás, 2022.
- [4] Silva, M. R. F.; Carvalho, V. A. *Política De Segurança Pública No Brasil: Avanços, Limites E Desafios*. *Revista Katálysis*, Florianópolis, V. 14, N. 1, P. 59-67, Jun./2011.
- [5] Souza, Marcelo Ferreira De. *Segurança Pública E Prisão Preventiva No Estado Democrático De Direito*. Rio De Janeiro, Ed. Lumen Juris, 2008.